

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ 00.981.069/0001-43

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO 2015 E 2014

(Em Mil Reais)

ATIVOS	2015	2014
CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	1.026.557,44	635.391,40
Aplicação Financeira	4.016.353,68	5.029.298,47
	5.042.911,12	5.664.689,87
REALIZAVEL CURTO PRAZO		
Adiantamento de Salario	0,00	0,00
Cheque Devolvido	0,00	0,00
	0,00	0,00
REALIZAVEL LONGO PRAZO		
Depósito Judicial	214.547,22	208.434,59
Gratuidade	5.448.907,11	3.302.612,68
Devedores Diversos	221.734,00	
Fundo de Reserva	200,00	200,00
	5.885.388,33	3.511.247,27
PERMANENTE		
Imobilizado	12.998.583,49	13.276.626,92
Depreciação	-7.124.132,72	-6.595.786,23
Obras em andamento	259.609,05	259.609,05
	6.134.059,82	6.940.449,74
TOTAL ATIVO	17.062.359,27	16.116.386,88

**Associação de Promoção Humana
Divina Providencia**

Mario Agostino Cenni Junior

CPF 277.437.306-97

Presidente

Eliane Vieira Alves

CRC MG 53.818/01

Contadora

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ 00.981.069/0001-43

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO 2015 E 2014

(Em Mil Reais)

PASSIVOS	2015	2014
CIRCULANTE		
EXIGIVEL A CURTO PRAZO OBRIGACOES A PAGAR		
Imposto a recolher	39.180,69	1.645,13
Salarios	457,96	0,00
Obrigações Sociais	118.070,09	6.043,10
Provisão de Férias	0,00	279.245,77
Fornecedores	17.107,13	751,05
	174.815,87	287.685,05
CREDORES DIVERSOS	52.980,72	67.378,19
	52.980,72	67.378,19
GRATUIDADE INSS	6.865.353,53	4.719.059,10
	6.865.353,53	4.719.059,10
PATRIMONIO LIQUIDO		
Superavit Acumulado	16.169.084,64	16.169.084,64
Deficit Acumulado	-6.199.875,49	-5.126.820,10
	9.969.209,15	11.042.264,54
TOTAL PASSIVO	17.062.359,27	16.116.386,88

**Associação de Promoção Humana
Divina Providencia**

Mario Agostino Cenni Junior

CPF 277.437.306-97

Presidente

Eliane Vieira Alves

CRC MG 53.818/01

Contadora

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ 00.981.069/0001-43

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO 2015 E 2014 (Em Mil Reais)

	2015	2014
RECEITAS		
Fia/incentivo Fiscal	465.311,27	440.229,57
Seias	3.593,60	0,00
Venda de Produtos e Servicos	878.770,00	438.524,73
Contribuição Padrinhos	10.214.501,85	9.557.374,75
Contribuição Direta Obras	845.065,38	408.947,38
Promoções e Eventos	1.127.757,46	683.239,70
Doações	5.610.668,14	4.877.978,11
Convenios Instituições Privadas	43.800,00	0,00
Gratuidade patronal	2.146.294,43	2.049.214,39
Venda Bem Aticvo Permanente	3.730,00	51.624,00
Aluguel Imovel	340.019,20	245.556,77
Receita Financeira	680.497,28	425.515,99
TOTAL	22.360.008,61	19.178.205,39
DESPESAS		
Despesas operacionais custo projetos	(1.446.343,32)	(1.376.475,83)
Despesas Pessoal Salario e encargos	(10.860.164,94)	(8.430.550,55)
Beneficios	(3.395.397,63)	(1.290.832,94)
Administrativas	(751.704,72)	(1.874.384,46)
Serviços Terceiros	(2.015.103,84)	(1.632.803,34)
Serviço Publico	(1.375.278,88)	(957.965,55)
Bancarias	(72.964,67)	(61.859,39)
Alugueis	(146.857,15)	(146.857,15)
Doacao Alimentos	(1.330.527,15)	(1.192.822,70)
Atividades Culturais	(68.019,00)	(6.456,00)
Despesa com veiculos	(8.850,56)	(8.850,56)
Taxas e Tributos	(68.592,77)	(36.336,41)
Gratuidade Patronal	(2.146.294,43)	(2.049.214,39)
Depreciacao Acumulada	(528.346,49)	(683.880,68)
TOTAL	(24.214.445,55)	(19.749.289,95)
TRANSFERENCIAS INTERPROGRAMAS	(181.264,75)	(1.294.699,34)
DEFICITT NO EXERCICIO	(2.035.701,69)	(1.865.783,90)

Associação de Promoção Humana Divina Providencia

Mario Agostino Cenni Junior -CPF 277.437.306-97

Presidente

Eliane Vieira Alves

CRC MG 53.818/01

Contadora

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA DIVINA PROVIDENCIA – ADP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1- CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA DIVINA PROVIDENCIA, é uma entidade de direito privado, de cunho filantrópico, sem fins lucrativos, constituída em 12/12/1995, com sede e foro em Belo Horizonte/MG, à Rua dos Caetés, nº 741, 15º andar, Centro de Belo Horizonte, CEP 30.120-080 reconhecida através do Certificado de Filantropia, conforme Resolução nº 11, de 31 de Maio de 2000, publicada no Diário Oficial da União em 06/02/2000, Seção I, Processo nº 44066.0003055/99-73, cujo objetivo é a assistência moral e humana, espiritual, material, cultural e esportiva das pessoas, profissionalização, trabalho e habitação. A ADP mantém as filiais denominadas Unidades Subordinadas, porque foram criadas ou recebidas em doação, passando a integrar ao patrimônio da APHDP, por quem são mantidas e administradas. Mesmo quando da celebração de contrato especial, com outra entidade, para administração e manutenção, elas continuam subordinadas.

2- APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

A Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, e estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda para apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais.

3- FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITC 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o

número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no Livro Diário da Entidade, e que posteriormente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceita pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em sua sede, em boa forma e ordem, a documentação contábil.

4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Estimativas Contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como as estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas de vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dessas premissas, em decorrência da imprecisão do processo de sua determinação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de convênios, alugueis a receber, outros recebíveis, assim como valores a pagar a fornecedores, empréstimos, e outras dívidas. Os instrumentos financeiros estão reconhecidos inicialmente pelo valor nominal. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros por eventuais diminuições no valor recuperável.

c) Receitas de contratos de gestão

Os recursos recebidos dos convênios de gestão são registrados na receita quando atendidas as condições contratuais estabelecidas sobre a Entidade e no momento em que as despesas correspondentes incorrem. Os recursos recebidos dos convênios cujas condições estabelecidas nos contratos não foram ainda atendidas ou cujas despesas correspondentes ainda não incorreram, são transferidos para outras obrigações no passivo, e o seu reconhecimento na receita no resultado do exercício ocorre na proporção em que as despesas correspondentes incorrem.

O reconhecimento em receita quando o recurso do convênio foi utilizado para aquisição de ativo imobilizado, ocorrerá de forma linear e sistemática no mesmo valor e no mesmo momento do reconhecimento da despesa de depreciação deste bem no resultado.

d) Caixa e equivalência de caixa

Os valores contabilizados neste grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata.

e) Aplicação de liquidez imediata

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

f) Ativos circulantes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, com base nas taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens).

Aquisição do imobilizado adquirido através da Mantenedora é disponibilizada a utilização a cada unidade

EXERCÍCIO 2015	VALOR DO BEM	TX DEPRECIÇÃO
Imóveis	8.292.571,48	4%
Máq Equipamentos	2.232.930,02	10%
Ferramentas	13.947,34	10%
Moveis Utensílios	553.960,19	10%
Instalações	290.406,24	10%
Computadores Periféricos	1.399.977,35	20%
Veículos	167.537,82	20%
Imóvel em Construção	259.609,05	
Depreciação Acumulada	(7.124.132,72)	

h) A Entidade não apresentou constituição para devedores duvidosos, tendo em vista a natureza dos créditos existentes na contabilidade

i) Os passivos onerosos estão devidamente atualizados, pelo critério pró-rata, até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

j) O ATIVO PERMANENTE e as contas do PATRIMÔNIO LÍQUIDO foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, de acordo COM A EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES DA UFIR, ATÉ O PATAMAR DE R\$ 0,8287. Sendo que a partir daquela data os efeitos inflacionários deixaram de ser reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, em função do disposto na Lei 9.249/95, que extinguiu a correção monetária do Balanço.

k) A Entidade não possui saldo de fundos de aplicação restrita.

l) A Entidade não possui saldo de recursos sujeitos a restrição ou vinculações por parte do doador;

m) Na apuração das receitas foi adotado o critério de apuração pelo regime de competência.

n) No exercício de 2015 a APHDP obteve o montante de R\$22.360.008,61 receitas operacionais, R\$ 3.730,00,

venda bens permanente, e R\$ 680.497,25, aplicação financeiras, demonstradas DRE; as transferências internas entre as partes relacionadas para suprir a despesa operacional de R\$ 181.264,75.

Informamos que os valores referentes à rubrica "contribuição dos padrinhos" no valor de R\$ 10.214.501,85, decorrem dos valores captados através de ações do telemarketing, campanhas, e eventos. As receitas arrecadadas, são realizadas através de depósito bancário, boletos, débitos em contas telefone e luz; e cartão de crédito.

O colaborador é que faz opção de como será efetuada a contribuição mensal.

Ademais, os alunos inscritos nos cursos profissionalizantes não pagam nenhuma taxa ou mensalidade. Toda formação é gratuita.

o) Despesas realizadas e comprovadas conforme documentação hábil, tendo todo o valor gasto de R\$ 24.214.445,55.

p) Os Recursos de subvenções recebidas tiveram a seguinte destinação:

FIA – Fundo da Infância e adolescência R\$ 465.311,27

q) As doações recebidas por pessoas jurídicas R\$ 3.720.440,76 e pessoa física R\$ 12.085.724,87, totalizando R\$ 15.806.165,63

r) Todos os recursos da entidade foram aplicados na manutenção de suas finalidades institucionais, em conformidade com seu estatuto.

s) O valor de isenção usufruída relativa a cota Patronal INSS + SAT+ Terceiros perfizeram no ano de 2015 o valor de R\$ 2.146.294,43, assim demonstrado:

RELATORIO DE BASE DE CÁLCULO DE INSS - ADP

-	BC INSS	% INSS	Vr Isenção
-	138.012,57	27,8	38.367,49
Janeiro	389.590,96	27,8	108.306,29
Fevereiro	538.717,09	27,8	149.763,35
Março	530.148,56	27,8	147.381,30
Abril	549.818,71	27,8	152.849,60
Mai	581.406,21	27,8	161.630,93
Junho	643.112,69	27,8	178.785,33
Julho	602.596,34	27,8	167.521,78
Agosto	603.579,24	27,8	167.795,03
Setembro	585.680,26	27,8	162.819,11
Outubro	575.330,31	27,8	159.941,83
Novembro	563.196,17	27,8	156.568,54
Dezembro	997.537,34	27,8	277.315,38
13º salario	559.769,68	27,8	155.615,97
			2.146.294,43

t) As gratuidades estão demonstradas nas contas de despesas, devidamente respaldadas, com documentação hábil e respectivas planilhas. Todos os recursos utilizados nas despesas realizadas, tiveram 100% de seu valor revertido nas gratuidades no âmbito das áreas de atuação da ADP.

u) As isenções tributárias obtidas, demonstradas na nota S, foram revertidas em serviços/ aquisição de bens patrimoniais/reformas/ pagamentos de salários e encargos

v) Os valores das gratuidades concedidas em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 3º do

Decreto nº 2.536/98, estão assim demonstrados:

w) Os serviços de Obra Social realizado em 2015 correspondem a 100% da gratuidade.

Y) Patrimônio Social: Findo o exercício de 2015 apresentou déficit consolidado no valor de R\$ 2.035.701,69

z) Em conformidade com o artigo 22 do estatuto da ADP, nenhum membro da diretoria recebe remuneração, vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título pelo seu trabalho, nem serão distribuídos lucros, dividendos, bonificações aos seus participantes ou mantenedores, sob qualquer forma ou pretexto.

**Associação de Promoção Humana
Divina Providencia**

Mario Agostino Cenni Junior

CPF 277.437.306-97

Presidente

Eliane Vieira Alves

CRC MG 53.818/01

Contadora

ASSOCIAÇÃO DE RESGATE DA DIGNIDADE HUMANA PROVIDENCIA DIVINA

CNPJ 22.643.399/0001-61

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014

(Em Mil Reais)

ATIVO	2015	2014
CIRCULANTE	0,00	0,00
Caixa e Bancos	208.681,47	333.249,18
Aplicao Financeira	1.031.574,26	2.121.829,54
	1.240.255,73	2.455.078,72
REALIZAVEL CURTO PRAZO		
Adiamento de Salarios	3.432,35	0,00
	3.432,35	
REALIZAVEL LONGO PRAZO		
Deposito Judicial	3.804,19	3.804,19
Gratuidade Inss	2.182.928,84	1.716.487,81
Credores Diversos	1.508,90	5.162,36
	2.188.241,93	1.725.454,36
PERMANENTE		
Imobilizado	4.204.168,81	4.204.168,81
Depreciação	-1.773.484,34	-1.467.521,02
Obras em andamento	8.130.540,61	7.664.099,58
	10.561.225,08	10.400.747,37
TOTAL ATIVO	13.993.155,09	14.581.280,45

BELO HORIZONTE, 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014

**Associação de Resgate da Dignidade
Humana Providencia Divina**

José Garcia de Aguiar

CPF 253.308.026-87

Presidente

Eliane Vieira Alves
CRC MG 53.818/01

Contadora

ASSOCIAÇÃO DE RESGATE DA DIGNIDADE HUMANA PROVIDENCIA DIVINA

CNPJ 22.643.399/0001-61

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014

(Em Mil Reais)

PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE		
EXIGIVEL A CURTO PRAZO OBRIGACOES A PAGAR		
Obrigações Tributarias	26.972,14	3.717,48
Salarios	5.384,06	0,00
Obrigações Sociais	28.981,05	297,61
Provisao de Férias	241.438,70	123.933,69
Fornecedores	2.613,16	0,00
	305.389,11	127.948,78
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
Comodato	1.508,90	3.443,55
	1.508,90	3.443,55
CREDORES DIVERSOS		
Emprestimos	1.506,47	0,00
Cheques em transito	0,00	0,00
Projeto Fazendo Amizade Computador	1.657,00	0,00
	3.163,47	0,00
GRATUIDADE INSS	2.661.138,05	2.194.697,02
	2.661.138,05	2.194.697,02
PATRIMONIO LIQUIDO		
Superavit Acumulado	11.021.955,56	12.255.191,10
	11.021.955,56	12.255.191,10
TOTAL PASSIVO	13.993.155,09	14.581.280,45

BELO HORIZONTE, 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014

Associação de Resgate da Dignidade
Humana Providencia Divina

José Garcia de Aguiar
CPF 253.308.026-87
Presidente

Eliane Vieira Alves
CRC MG 53.818/01

Contadora

ASSOCIAÇÃO DE RESGATE DA DIGNIDADE HUMANA PROVIDENCIA DIVINA

CNPJ 22.643.399/0001-61

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014 (Em Mil Reais)

RECEITAS	2015	2014
Venda de Produtos e Serviços	1.009.830,84	1.058.660,68
Contribuição Padrinhos	293.607,41	1.137.726,05
Contribuição Direta Obras	7.352,79	55.275,00
Promoções e Eventos	1.016.150,53	780.293,09
Doações	564.150,50	550.501,30
Convenios PBH	2.312.380,05	2.035.082,28
Gratuidade patronal	466.441,03	487.684,69
Aluguel Imovel	0,00	221.607,30
Receita Financeira	175.605,16	503.070,20
TOTAL	5.845.518,31	6.829.900,59
DESPESAS		
Despesas operacionais custo projetos	-1.086.372,39	-2.043.754,08
Despesas Pessoal Salrio e encargos	-2.507.326,44	-2.025.875,38
Benefícios	-100.162,37	-206.127,30
Administrativas	-437.214,00	-1.040.415,97
Serviços Terceiros	-901.557,67	-1.952.392,32
Serviço Publico	-210.442,65	-329.427,00
Bancarias	-26.950,27	-61.859,39
Alugueis	-22.260,00	-146.857,15
Atividades Culturais	-177.887,77	-38.801,40
Despesa com veiculos	0,00	-8.850,56
Taxas e Tributos	-161.941,74	-13.703,15
Gratuidade Patronal	-466.441,03	-487.684,69
Imobilizado menor valor	-14.376,89	0,00
Depreciacao Acumulada	-309.616,78	-346.004,80
TOTAL	-6.422.550,00	-8.701.753,19
TRANSFERENCIAS INTERPROGRAMAS	-780.137,54	4.093.222,99
DEFICIT(SUPERAVIT) EXERCICIO	-1.357.169,23	2.221.370,39

BELO HORIZONTE, 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014

**Associação de Resgate da Dignidade Humana
Providencia Divina**

José Garcia de Aguiar - CPF 253.308.026-87 - Presidente

Eliane Vieira Alves
CRC MG 53.818/01

Contadora

ASSOCIAÇÃO DE RESGATE DA DIGNIDADE HUMANA PROVIDENCIA DIVINA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1- CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO de RESGATE DA DIGNIDADE HUMANA PROVIDENCIA DIVINA, é uma entidade de direito privado, de cunho filantrópico, sem fins lucrativos, constituída em 20/12/1986, com sede e foro em Belo Horizonte/MG, à Rua dos Caetés, nº 741, 15º andar, Centro de Belo Horizonte, CEP 30.120-080 reconhecida através do Certificado de Filantropia, conforme Resolução nº 11, de 31 de Maio de 2000, publicada no Diário Oficial da União em 03/04/1997, Seção I, Processo nº 44066.0003055/99-73, cujo objetivo é a assistência moral, humana, espiritual, material, cultural e esportiva das pessoas, profissionalização, trabalho e habitação. A ADP mantém as filiais denominadas Unidades Subordinadas, porque foram criadas ou recebidas em doação, passando a integrar ao patrimônio da APHDP, por quem são mantidas e administradas. Mesmo quando da celebração de contrato especial, com outra entidade, para administração e manutenção, elas continuam subordinadas.

2- APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

A Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, e estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda para apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais.

3- FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITC 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no Livro Diário da Entidade, que posteriormente será registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceita pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em sua sede, em boa forma e ordem, a documentação contábil

4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Estimativas Contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como as estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas de vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dessas premissas, em decorrência da imprecisão do processo de sua determinação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de convênios, alugueis a receber, outros recebíveis, assim como valores a pagar a fornecedores, empréstimos, e outras dívidas. Os instrumentos financeiros estão reconhecidos inicialmente pelo valor nominal. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros por eventuais diminuições no valor recuperável.

c) Receitas de contratos de gestão

Os recursos recebidos dos convênios de gestão são registrados na receita quando atendidas as condições contratuais estabelecidas sobre a Entidade e no momento em que as despesas correspondentes incorrem. Os recursos recebidos dos convênios cujas condições estabelecidas nos contratos não foram ainda atendidas ou cujas despesas correspondentes ainda não incorreram, são transferidas para outras obrigações no passivo, e o seu reconhecimento na receita no resultado do exercício ocorre na proporção em que as despesas correspondentes incorrem.

O reconhecimento em receita quando o recurso do convênio foi utilizado para aquisição de ativo imobilizado,

ocorrerá de forma linear e sistemática no mesmo valor e no mesmo momento do reconhecimento da despesa de depreciação deste bem no resultado.

d) Caixa e equivalência de caixa

Os valores contabilizados neste grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata.

e) Aplicação de liquidez imediata

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

f) Ativos circulantes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, com base nas taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens).

Aquisição do imobilizado adquirido através da Mantenedora e disponibilizada a utilização a cada unidade.

EXERCÍCIO 2015	VALOR DO BEM	TX DEPRECIACÃO
IMOBILIZADO	10.561.225,08	
Imóveis	1.754.180,00	4%
Máq Equipamentos	1.776.118,18	10%
Ferramentas	0	10%
Moveis Utensílios	126.355,18	10%
Instalações	171.918,84	10%
Computadores Periféricos	366.505,19	20%
Veículos	4.737,96	20%
Imóvel em Construção	8.130.540,61	
Depreciação Acumulada	(1.773.484,34)	

h) A Entidade não apresentou constituição para devedores duvidosos, tendo em vista a natureza dos créditos existentes na contabilidade.

i) Os passivos onerosos estão devidamente atualizados, pelo critério pró-rata, até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

j) O ATIVO PERMANENTE e as contas do PATRIMÔNIO LÍQUIDO foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, de acordo COM A EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES DA UFIR, ATÉ O PATAMAR DE R\$ 0,8287. Sendo que a partir daquela data os efeitos inflacionários deixaram de ser reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, em função do disposto na Lei 9.249/95, que extinguiu a correção monetária do Balanço.

k) A Entidade não possui saldo de fundos de aplicação restrita.

l) A Entidade não possui saldo de recursos sujeitos

a restrição ou vinculações por parte do doador;

m) Na apuração das receitas foi adotado o critério de apuração pelo regime de competência.

n) No exercício de 2015 a ARDHPD obteve o montante de R\$5.845.518,31, receitas operacionais, R\$ 175.605,16, aplicação financeiras, demonstradas DRE; as transferências internas entre as partes relacionadas para suprir a despesa operacional de R\$ 780.137,54.

o) Informamos que os valores referentes à rubrica “contribuição dos padrinhos” no valor de R\$ 293.607,41 decorrem dos valores captados através de ações do telemarketing, campanhas, e eventos. As receitas arrecadadas, são realizadas através de depósito bancário, boletos, débitos em contas telefone e luz; e cartão de crédito.

O colaborador é que faz opção de como será efetuada a contribuição mensal.

Ademais, os alunos inscritos nos cursos profissionalizantes não pagam nenhuma taxa ou mensalidade. Toda formação é gratuita.

p) Despesas realizadas e comprovadas, conforme documentação hábil, tendo todo o valor gasto de R\$ 6.422.550,00.

q) Os Recursos de subvenções recebidas tiveram a seguinte destinação:

CONVÊNIO INSTITUIÇÃO GOVERNAMENTAL Convênio PBH 2.312.380,05.

r) As doações recebidas por pessoas jurídicas, R\$ 154.758,38 e pessoa física R\$ 416.744,91 totalizando R\$ 571.503,29

s) Todos os recursos da entidade foram aplicados na manutenção de suas finalidades institucionais, em conformidade com estatuto.

t) O valor de isenção usufruída relativa a cota Patronal INSS + SAT+ Terceiros perfizeram no ano de 2015 o valor de R\$ 466.441,03, assim demonstrado

RELATORIO DE BASE DE CÁLCULO DE INSS - ADP

Periodo/mes	BC INSS	% INSS	Vr Isenção
Janeiro	138.012,57	27,8	38.367,49
Fevereiro	107.319,08	27,8	29.834,70
Março	105.024,94	27,8	29.196,93
Abril	104.810,91	27,8	29.137,43
Maior	110.553,38	27,8	30.733,84
Junho	130.574,89	27,8	36.299,82
Julho	119.935,58	27,8	33.342,09
Agosto	117.698,44	27,8	32.720,17
Setembro	131.415,24	27,8	36.533,44
Outubro	155.783,86	27,8	43.307,91
Novembro	150.80,43	27,8	41.944,76
Dezembro	183.205,43	27,8	50.931,11
13º salario	122.630,67	27,8	34.091,33
			466.441,03

u) As gratuidades estão demonstradas nas contas de despesas, devidamente respaldadas com documentação hábil e respectivas planilhas. Todos os recursos utilizados nas despesas realizadas ; tiveram 100% de seu valor revertido nas gratuidades no âmbito das áreas de atuação da ADP.

v) As isenções tributárias obtidas, demonstradas na nota T, foram revertidas em serviços/ aquisição de bens patrimoniais/reformas/ pagamentos de salários e encargos.

x) Os valores das gratuidades concedidas, em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 3º do Decreto nº 2.536/98, estão assim demonstrados acima

no item T.

w) Os serviços de Obra Social realizado em 2015 correspondem a 100% da gratuidade

Y) Patrimônio Social: Findo o exercício de 2015 apresentou déficit consolidado no valor de R\$1.357.169,23.

z) Em conformidade com o artigo 22 do estatuto da ADP, nenhum membro da diretoria recebe remuneração, vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título pelo seu trabalho nem serão distribuídos lucros, dividendos, bonificações aos seus participantes ou mantenedores, sob qualquer forma ou pretexto.

BELO HORIZONTE, 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014

**Associação de Resgate da Dignidade Humana
Providencia Divina**

Eliane Vieira Alves
CRC MG 53.818/01

José Garcia de Aguiar - CPF 253.308.026-87 - Presidente

Contadora

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ 04.792.229/0001-67

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 2015 E 2014

ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	165.133,15	11.992,78	Fornecedores	274,68	
Aplicação Financeira	173.076,43	0,00	Provisões de Férias	7.378,46	0,00
IRRF Aplicação Financeira	0,00	407,76		7.653,14	0,00
	338.209,58	12.400,54			
NAO CIRCULANTE			PATRIMONIO LIQUIDO		
Realizavel a Curto Prazo	0,00	0,00	Superavit Acumulado	720.002,39	476.607,68
PERMANENTE			TOTAL DO PASSIVO		
Imobilizado	389.445,95	464.207,14		727.655,53	476.607,68
TOTAL DO ATIVO	727.655,53	476.607,68			

**BELO HORIZONTE, 31 DE
DEZEMBRO 2015 E 2014**

Associação Cultural Divina Providencia

Jairo Siqueira de Azevedo

CPF 000.328.406-91

Eliane Vieira Alves

CRC MG 53.818/01

Contadora

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de Reais)

	2015
RECEITAS OPERACIONAIS	
Captação para Projetos	578.094,68
Doação Única	62.206,94
	640.301,62
RECEITAS FINANCEIRAS	
Receitas Financeiras	16.515,19
	16.515,19
TOTAL RECEITAS	656.816,81
	656.816,81
DESPESAS OPERACIONAIS	
Despesa com Manutenção Dos Projetos	-18.797,00
Despesa Administrativa	-122.509,68
Despesa com Pessoal	-106.097,25
Despesa Serviços Terceiros	-53.779,94
Despesa bancaria	-712,15
Despesa com Depreciação	-74.761,19
TOTAL DA DESPESA	-376.657,21
TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS	149.418,51
	149.418,51
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	280.159,60

BELO HORIZONTE, 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014

Associação Cultural Divina Providencia

Jairo Siqueira de Azevedo

CPF 000.328.406-91

Eliane Vieira Alves

CRC MG 53.818/01

Contadora

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRACOES CONTÁBEIS EM
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1- CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DIVINA PROVIDÊNCIA é uma entidade civil de cunho filantrópico sem fins lucrativos, tem como finalidade promover atividades culturais de forma a despertar vocações natas e inerentes ao ser humano, disponibilizando-as aos segmentos sociais que normalmente não têm acesso à cultura, através das mais diversas manifestações artísticas, privilegiando as de caráter nacional. Promover pesquisa na área cultural, promover atividades que despertem a consciência de cidadania e responsabilidade em relação ao meio ambiente.

2- ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, bem como os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3 – RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Apuração do resultado**

As receitas, incluindo as doações e subvenções, bem como as despesas da entidade são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Aplicações Financeiras

Demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

c) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens, conforme mencionado na nota 5.

4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2015	2014
Aplicação Financeira	173.076,43	0,00

5 – IMOBILIZADO

	2015	2014	% Taxa Depreciação
Móveis e Utensílios	54.551,05	54.551,05	10%
Instalações	10.857,67	10.857,67	10%
Computadores e Periféricos	113.826,71	113.826,71	20%
Máquinas e Equipamentos	568.376,50	568.376,50	10%
Depreciação	(358.165,98)	(358.165,98)	

6 – RECEITAS

As receitas oriundas de doações, promoções, convênios e subvenções são realizadas pelo regime de competência.

7 - DOAÇÕES RECEBIDAS

A principal fonte de recursos da entidade são as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas, que totalizam R\$656.816,81.

8 – APLICAÇÕES DE RECURSOS

Os recursos auferidos pela entidade foram totalmente aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social.

Jairo Siqueira Azevedo

CPF 000.328.406-91

Eliane Vieira Alves

CRC MG 53.818/01

Contadora

ASSOCIAÇÃO DE COMBATE A POBREZA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ 16.810.732/0001-87

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 2015 E 2014

ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	6.452,70	7.052,40	Impostos a Recolher	60,00	0,00
	6.452,70	7.052,40		60,00	0,00
NAO CIRCULANTE			PATRIMONIO LIQUIDO		
Realizavel a Curto Prazo	0,00	0,00	Superavit Acumulado	6.392,70	7.052,40
PERMANENTE			TOTAL DO PASSIVO		
Imobilizado	0,00	0,00		6.452,70	7.052,40
TOTAL DO ATIVO	6.452,70	7.052,40			

BELO HORIZONTE, 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014

**Associação de Combate a Pobreza
Divina Providencia**

Jairo Siqueira de Azevedo

CPF 000.328.406-91

Eliane Vieira Alves
CRC MG 53.818/01

Contadora

CPF 294.601.236-00

ASSOCIAÇÃO DE COMBATE A POBREZA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ 16.810.732/0001-87

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 2015 E 2014

	2015	2014
RECEITAS OPERACIONAIS		
Contribuição assoc direto nas obras/unidades	9.788,00	57.243,85
	9.788,00	57.243,85
RECEITAS FINANCEIRAS		
Receitas Financeiras	0,00	0
	0,00	0
TOTAL RECEITAS	9.788,00	57.243,85
	9.788,00	57.243,85
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesa Administrativa	-3.000,00	-860,1
Serviços Terceirizados	-961,02	-700
Despesa Bancária	-360,80	-1.200,00
	-4.321,82	-2.760,10
TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS	-6.125,88	61.196,85
	-6.125,88	61.196,85
DEFICIT DO EXERCÍCIO	-659,70	7.052,40

BELO HORIZONTE, 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014**Associação de Combate a Pobreza****Divina Providencia**

Jairo Siqueira de Azevedo

CPF 000.328.406-91

Eliane Vieira Alves

CRC MG 53.818/01

Contadora

CPF 294.601.236-00

ASSOCIAÇÃO DE COMBATE A POBREZA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ 16.810.732/0001-87

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2015**

(Em Reais)

1- CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO DE COMBATE A POBREZA DIVINA PROVIDÊNCIA, registro em 25 de julho de 2012, é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, tendo por finalidade a promoção do desenvolvimento econômico, social e combate à pobreza, através de cursos profissionalizantes, e fomentando a criação e consolidação de empreendimentos de pequeno porte.

2 - APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a legislação vigente e normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade,

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- A- O resultado é apurado pelo regime de competência.
- B- Os saldos realizáveis e exigíveis, com vencimento

em até 12 meses, são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Vencimentos adiante deste prazo foram classificados no longo prazo.

C- Os ativos e passivos circulantes e delongos prazo, quando existentes, estão demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias e encargos auferidos ou incorridos.

4- SUBVENÇÕES RECEBIDAS

Para manutenção dos gastos destinados ao custeio da entidade, doações de pessoas físicas e jurídicas, no total de R\$ 9.788,00

5- DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O custo de manutenção da entidade, referente à despesa administrativa, totalizou

R\$ 4.321,82, no exercício de 2015

BELO HORIZONTE, 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014**Associação de Combate a Pobreza****Divina Providencia**

Jairo Siqueira de Azevedo

CPF 000.328.406-91

Eliane Vieira Alves

CRC MG 53.818/01

Contadora

CPF 294.601.236-00